



**Tribunal de Contas da União**  
Secretaria-Geral de Controle Externo

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Protocolo:

163/2021

e-Doc: D7356FF2

27/01/2021 15:10:24

[www.tc.df.gov.br/consultas](http://www.tc.df.gov.br/consultas)

OFÍCIO 1749/2021-TCU/Seproc

Brasília-DF, 25/1/2021.

Ao(À) Senhor(a)

Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Palácio Costa e Silva - Praça do Buriti

70.075-901 - Brasília - DF

Processo TC 039.178/2020-0

Tipo do processo: Representação

Relator do processo: Ministro Aroldo Cedraz

Unidade responsável: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana

**Assunto: Diligência.**

Senhor(a) Chefe,

1. Em atendimento à decisão contida no processo acima indicado, solicito a Vossa Senhoria que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento deste ofício, encaminhe ao Tribunal de Contas da União (TCU) as informações relacionadas na documentação anexa (peças 1,4, 13, 14,15, 17) que integram esta comunicação.
2. Por dever de ofício, informo que o não cumprimento de diligência ou de decisão do Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, caso o responsável seja jurisdicionado ao TCU. A aplicação da citada multa prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU.
3. Esclareço também que não haverá reiteração da presente diligência, caso não seja apresentada a resposta no prazo assinalado, estando Vossa Senhoria, a partir do primeiro dia após o vencimento do prazo, sujeito à multa descrita no parágrafo acima.
4. Por oportuno, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo podem ser obtidos, no horário das 13h às 17h, junto à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana, responsável pela instrução do processo (Tel.: (61) 3527-7690 - email: [seinfraurbana@tcu.gov.br](mailto:seinfraurbana@tcu.gov.br)).

Atenciosamente,

*assinado eletronicamente*

Maryzely Mariano

Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 1/2020)



## **Tribunal de Contas da União**

### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 1) A diligência realizada pelo Tribunal possui fundamento legal no art. 11 da Lei nº 8.443/1992.
- 2) A apresentação de resposta ao TCU deve observar as seguintes orientações:
  - a) ser dirigida ao Relator do processo;
  - b) indicar, com destaque, o número do processo e deste ofício;
  - c) utilizar dos serviços de protocolo eletrônico ou da plataforma digital Conecta-TCU disponíveis no Portal do TCU. Documento que, em razão do formato, do tamanho ou de outra característica, não possa ser encaminhado por meio desses canais, deve ser apresentado por cópia ou segunda via, ou mídia digital, exceto nos casos em que houver determinação legal para apresentação de originais, cabendo ao responsável e/ou interessado manter os originais sob sua guarda, nos termos do art. 4º, § 2º, da Instrução Normativa TCU nº 68/2011;
  - d) a resposta pode ser apresentada diretamente pelo destinatário do ofício ou por intermédio de procurador regularmente constituído nos autos, conforme disciplina o art. 145 do Regimento Interno do TCU;
  - e) caso haja procurador constituído nos autos, as comunicações processuais subsequentes serão dirigidas a esse representante, conforme disposto no art. 179, § 7º, do Regimento Interno do TCU. Se houver mais de um procurador, pode ser indicado o nome daquele a quem deverão ser encaminhadas as comunicações.
- 3) A informação classificada na origem com restrição de acesso deve ser acompanhada dos seguintes elementos, consoante a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), caso contrário será considerada de acesso público pelo Tribunal:
  - a) indicação objetiva da hipótese de restrição de acesso: informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado; informação com sigilo atribuído por legislação específica; informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
  - b) na hipótese de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, indicar:
    - b.1) o grau de sigilo da classificação (reservado, secreto ou ultrassecreto);
    - b.2) o fundamento legal da classificação;
    - b.3) o prazo de restrição de acesso ou o evento que defina o termo final;
    - b.4) o assunto sobre o qual versa a informação.
  - c) na hipótese de informação com sigilo atribuído por legislação específica, indicar o fundamento legal da classificação;
  - d) na hipótese de informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, indicar o prazo de restrição de acesso e a pessoa a que se refere;
  - e) indicação do nome do responsável pela classificação.
- 4) Nos termos do art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação de prazo, quando cabível, contar-se-á a partir do término do prazo inicialmente concedido. O Tribunal não está obrigado a notificar quanto ao deferimento do pedido. Cabe ao responsável acessar o processo, no Portal do TCU, ou entrar em contato, pelos meios indicados para tomar conhecimento da decisão.